



## NOTICIAS INTERNACIONALES AL 21/07/2017

<b>GLOBAL</b> .....	<b>2</b>
Crearían Banco Regional de Antígenos y Vacunas contra la Fiebre Aftosa.....	2
<b>BRASIL</b> .....	<b>2</b>
Menor oferta provocó alzas en los precios de la hacienda .....	2
Cierre del mercado estadounidense.....	2
Ministro Maggi estimó que podría reabrirse en 60 días.....	2
Perdue consideró que debían verse progresos para que ello se materializara .....	3
Filipinas suspendió la compra de carnes brasileñas alegando problemas sanitarios.....	4
Contrarán 300 inspectores veterinarios en forma temporal .....	4
Ministerio de Agricultura busca “socios” para reabrir frigoríficos .....	5
Paraná dejaría de vacunar contra la aftosa en 2019 .....	5
Alarma por tres casos de rabia bovina .....	6
<b>URUGUAY</b> .....	<b>6</b>
La poszafra ganadera continúa viento en popa .....	6
Si bien aún falta ajustarlo, el dressing ganadero "está por el buen camino" .....	7
Una postzafra que alienta a la próxima zafra .....	8
Al influjo del mercado interno de la carne sube el Novillo Tipo.....	8
Capacitarán a transportistas de carnes y operarios de carnicerías .....	8
<b>PARAGUAY</b> .....	<b>9</b>
Abogan por instituto de la carne .....	9
<b>UNIÓN EUROPEA</b> .....	<b>9</b>
Informan avances en las negociaciones con México y Mercosur .....	9
Problemas técnicos dificultan instrumentación de acuerdo con Canadá (CETA).....	9
<b>ESTADOS UNIDOS</b> .....	<b>10</b>
USDA informó un caso de BSE atípico en Alabama.....	10
USDA elevó los pronósticos de importaciones y exportaciones de carnes bovinas para 2018 .....	10
Faena aumentó con una proporción mayor de las hembras.....	11
Exportaciones continuaron firmes en mayo de 2017 .....	11
Menores importaciones de carnes bovinas – Canadá principal abastecedor .....	12
Existencias de Ganado bovino en feed lots proyectan un nuevo aumento .....	12
Congreso podría autorizar el sacrificio de caballos.....	13
Líderes del sector se reúnen para decidir el destino del Programa Check Off.....	14
<b>VARIOS</b> .....	<b>14</b>
COLOMBIA ya presenta cuatro focos de fiebre aftosa. ....	14
AUSTRALIA: oferta ha comenzado a subir y los precios retroceden.....	15
TAIWAN levantaría la prohibición sobre las carnes bovinas de origen japonés.....	15
<b>INDIA</b> .....	<b>16</b>
Prohibición a la venta de bovinos afectó a restaurantes.....	16
Autoridad federal defendió la barrera recientemente removida por la Corte Suprema.....	16
<b>EMPRESARIAS</b> .....	<b>17</b>
URUGUAY -Grupo chino compra el 50% del frigorífico Lorsinal .....	17
JBS vende hacienda ganadera en Canadá.....	17
JBS deuda bancaria suma R\$ 17000 millones.....	18
JBS ampliará la información en el marco del acuerdo de cooperación premiada .....	18



## GLOBAL

### **Crearían Banco Regional de Antígenos y Vacunas contra la Fiebre Aftosa**

21 de julho de 2017 - Acordo foi oficializado durante a reunião da Cosalfa, em Brasília, DF.

A implantação do Banco Regional de Antígenos/Vacinas contra a Febre Aftosa (Banvaco) é um dos temas em discussão durante a 6ª reunião extraordinária Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa), nesta quinta-feira, 20 de julho, em Brasília, DF. Os participantes do evento também avaliam as medidas adotadas pela Colômbia para controlar os recentes focos de aftosa detectados no país.

A Cosalfa é presidida pelo brasileiro Guilherme Marques, diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Segundo ele, durante a reunião, os 13 países-membros da comissão devem começar a anunciar o interesse em participar da manutenção dos antígenos e da produção das vacinas em alguma planta industrial pré-estabelecida.

Pelos cálculos de Marques, o estoque estratégico inicial de vacinas deverá girar em torno de 15 milhões de doses para atender emergências sanitárias e iniciar o processo de produção de quantidades maiores. "Tudo vai depender da dimensão dos problemas", disse o presidente da Cosalfa. De acordo com ele, países de fora da América Latina, como o Canadá, querem fazer parte do Banvaco.

Para o presidente em exercício do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC), Sebastião Guedes, o Banvaco é essencial para o Brasil, que tem um rebanho de cerca de 220 milhões de cabeças (bovinos e búfalos), e para a região. Ele afirmou ainda que o foco de aftosa no território colombiano é preocupante para o Hemisfério Sul pela proximidade com a Venezuela. No entanto, assinalou, no caso brasileiro o risco é pequeno, porque a maior parte da região fronteira com a Colômbia é formada por rios.

O presidente do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar da Argentina (Senasa) Jorge Horácio Dillon, também destacou a importância do Banvaco para a região. Ele lembrou que o seu país já tem banco de antígenos e vacinas desde 2000.

Ao falar sobre a situação da Colômbia, o presidente da Cosalfa ressaltou que os países querem ajudar a resolver o problema dos focos de aftosa, por se tratar não apenas de uma questão local, mas também regional.

Fonte: Mapa

## BRASIL

### **Menor oferta provocó alzas en los precios de la hacienda**

Sexta-feira, 21 de julho de 2017 Poucas foram as alterações de preços na última quinta-feira (20/7).

Destaque para Redenção-PA, onde a referência para o macho terminado está em R\$115,50/@, à vista, livre de Funrural, alta de 0,9% em relação ao último fechamento.

De maneira geral, o que se observa é uma diminuição na oferta de animais terminados. Gradativamente, a pressão de baixa vai perdendo a intensidade das últimas semanas.

Por outro lado, a demanda não apresenta melhoras e esse é o principal fator que limita pagamentos maiores. No fechamento dessa semana no mercado atacadista de carne sem osso, na média de todos os cortes pesquisados pela Scot Consultoria, a queda foi de 1,2%.

Já no mercado atacadista de carne com osso, o boi casado de animais castrados ficou cotado em R\$8,22/kg, estabilidade frente ao último fechamento. Entretanto, em relação ao início do mês os preços estão 7,6% menores.

### **Cierre del mercado estadounidense**

#### ***Ministro Maggi estimó que podría reabrirse en 60 días***

Última modificação: 18/07/2017 Ministro Maggi reuniu-se com secretário de Agricultura, em Washington, e disse que mudanças adotadas

Ao deixar a reunião com secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Sonny Perdue, em Washington, nesta segunda-feira (17), o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) disse ser preciso aguardar "posições técnicas", mas adiantou, mesmo considerando difícil dar um prazo, ser possível a reabertura do mercado norte-americano à carne bovina in natura brasileira em 30 ou 60 dias. "É preciso aguardar as análises das informações que estão eles recebendo", assinalou, acrescentando que o diálogo com o secretário do governo estadunidense foi muito claro e aberto. "Já o havia recebido no Brasil, quando era governador, e isso facilitou nossa conversa."

Uma equipe de técnicos do Mapa está no país desde o último dia 13 em contato com a área de Defesa Sanitária para tratar do atendimento às exigências feitas pelo governo dos EUA para restabelecer as importações de carne bovina, interrompidas por causa de preocupações sanitárias. "Tenho certeza que as



mudanças que fizemos são tecnicamente aceitáveis e modificam muito o patamar anterior. Então, fico animado, porque sei que serão reconhecidas pelos técnicos americanos”, disse o ministro.

Uma das medidas adotadas foi deixar de embarcar as peças dianteiras inteiras, como vinha sendo feito. É justamente nessa parte que são aplicadas as vacinas e onde foram detectadas reações à aplicação.

O encontro com Perdue, de acordo com Maggi, superou as expectativas. “O resultado foi melhor do que eu esperava. Ficou o compromisso de que o retorno será o mais rápido possível, assim que coisas estiverem esclarecidas. Não há qualquer objeção política por parte do secretário do governo americano”, declarou.

Outro problema alegado foi a presença de osso nas peças. “Nenhum país livre de aftosa com vacinação pode exportar peças com osso”, observou o ministro. “Como o Brasil mudou e está fazendo cortes menores, é possível observar isso com toda a tranquilidade e garantir que achados que trouxeram impedimento à entrada da carne brasileira não aconteçam mais. Há equipamentos nos frigoríficos que podem detectar isso. Cada caixa de mercadoria passa por um scanner.”

O ministro Maggi retorna ao Brasil nesta terça-feira (18), após uma reunião com o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos marcada para às 11 horas da manhã, horário americano.

#### Suspensão

Depois de mais de 17 anos de negociação, em setembro do ano passado o Brasil conseguiu obter a carta de equivalência do governo americano em relação ao sistema sanitário brasileiro. Com isso, 15 frigoríficos conseguiram a habilitação para exportar carne bovina in natura para os Estados Unidos.

Em março, depois da Operação Carne Fraca, os americanos passaram a inspecionar 100% das carnes importadas do Brasil. No mês passado o governo dos EUA informou ao ministério que foram encontrados abscessos em algumas carnes brasileiras. O Mapa suspendeu automaticamente as exportações de cinco frigoríficos, mas a medida não foi suficiente para os americanos, que decidiram suspender todos as 15 empresas habilitadas.

#### Reunião com empresários

Em reunião na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, nesta terça-feira (18), Maggi falou a empresários americanos, entre eles investidores com negócios no Brasil, sobre mudanças na área econômica que, segundo o ministro, permitem traçar um cenário melhor para o futuro, favorecendo investimentos. “Tivemos oportunidade de falar o que vem acontecendo, sobre os avanços das reformas, como a trabalhista (já realizada), a limitação do teto de gastos públicos (em vigor) e a previdenciária, que vamos fazer”.

“Tratamos também de desafios, mas, ressaltando que estamos construindo um ambiente muito melhor para os negócios. É um recado importante e as pessoas, os empresários, ficam satisfeitos porque, finalmente, estão saindo as reformas para tirar o país da crise. Todos foram unânimes em dar apoio para que a gente continue fazendo isso”, disse Blairo Maggi. Ainda sobre a relação com os EUA, destacou a parceria e o comércio bilateral “intensos”.

O ministro fez questão ainda de enfatizar, na reunião, na Câmara de Comércio, que “o Brasil segue regras, tem segurança jurídica, respeita contratos e dá as garantias de que no futuro isso vai continuar”.

Blairo Maggi, que retorna hoje ao país, se revelou satisfeito, especialmente, com o encontro da véspera com o secretário de Agricultura do governo. “Eu saio daqui animado, esperançoso de que a gente possa retornar a esse mercado o mais breve possível”.

#### ***Perdue consideró que debían verse progresos para que ello se materializara***

18/07/17 - por Equipe BeefPoint O secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Sonny Perdue, relatou nesta noite de segunda-feira, 17, em sua conta no Twitter, o encontro com o ministro da Agricultura Blairo Maggi, no qual trataram da reabertura daquele mercado para a carne bovina in natura brasileira. Em apenas uma postagem, Perdue não perdeu a oportunidade de cobrar progresso na questão sanitária do País.

“Encontrando com minha contraparte brasileira, (o ministro) Blairo Maggi, sobre os problemas com as exportações de carne bovina deles. O diálogo aberto é bom, mas precisamos ver o progresso”, relatou o secretário.

Uma foto do encontro dos dois em Washington (EUA), acompanha a postagem. Mais cedo, Maggi afirmou esperar que a retomada das importações da carne brasileira aos Estados Unidos, suspensas desde 22 de junho, possa ocorrer entre 30 e 60 dias.

“Temos de aguardar posições técnicas; eles ainda estão fazendo análises das informações que passamos”, afirmou Maggi, em entrevista a jornalistas após a reunião com Perdue, cujo áudio foi disponibilizado pela assessoria do ministro.

Fonte: Estadão, adaptada pela Equipe BeefPoint.



### **Filipinas suspendió la compra de carnes brasileñas alegando problemas sanitarios**

21/07/17 - por Equipe BeefPoint As Filipinas suspenderam as importações de carne do Brasil em razão de preocupações sanitárias. A ação segue a decisão tomada em junho pelos Estados Unidos de proibir a compra de carne bovina in natura brasileira, depois que vários carregamentos do produto não passaram no controle de qualidade norte-americano.

O secretário de Agricultura filipino, Emmanuel Piñol, disse que uma "equipe de segurança alimentar" vem ao Brasil no dia 26 de julho para inspecionar indústrias exportadoras de carnes.

O Brasil, maior exportador global de carne bovina e de frango, responde por 6% das importações filipinas de carne, segundo a imprensa local.

"Isso envolve a saúde dos consumidores filipinos e nós não podemos tomar esse risco", afirmou Piñol.

As Filipinas são um importador menor do produto brasileiro, de acordo com dados da Abiec, associação de exportadores.

De janeiro a maio, as Filipinas compraram o equivalente a US\$ 20,8 milhões de carne bovina do Brasil, que exportou para todos os destinos no período produtos avaliados em US\$ 2,6 bilhões.

Fonte: Reuters, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

### **Contrarán 300 inspectores veterinarios en forma temporal**

Fonte: Estadão, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint. 19 de julho de 2017 - Processo seletivo será simplificado e aprovados trabalharão na fiscalização agropecuária por um ano; concurso também foi autorizado

Ampliar foto Mapa vai contratar 300 veterinários temporários Edital será aberto em até seis meses

O Ministério da Agricultura vai contratar até 300 médicos veterinários para atuarem na fiscalização do processo de abate e processamento de carnes em frigoríficos. A medida consta da portaria interministerial 231, assinada pelo ministro interino e secretário-executivo da Agricultura, Eumar Novacki, e pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, publicada nesta quarta-feira, 19. A portaria cita "necessidade temporária de excepcional interesse público".

A medida foi sinalizada pelo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em decorrência de uma série de denúncias de irregularidades contra fiscais agropecuários que atuam na mesma função, depois da operação Carne Fraca, em março passado.

Segundo a portaria, a contratação dos médicos veterinários será feita por meio de um processo seletivo simplificado e será temporária. Os profissionais que se habilitarem e forem aprovados trabalharão na fiscalização pelo prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo período. "As contratações (...) somente serão formalizadas mediante disponibilidade de dotações orçamentárias específicas", informa o documento.

A remuneração será de R\$ 6.710,58 e Novacki afirmou que o governo vai publicar "nos próximos dias" uma portaria com as regras para a contratação emergencial desses médicos veterinários e que entre 30 e 60 dias os profissionais estarão nas linhas de produção de frigoríficos. Paralelamente, o governo finaliza os detalhes técnicos para o lançamento do concurso público, que também foi autorizado pelo Planejamento. O edital para o concurso será publicado em até seis meses.

Segundo o Ministério do Planejamento, a contratação de auditores fiscais por meio do concurso público dependerá "da existência de vagas na data de publicação edital de abertura das inscrições, da adequação orçamentária e financeira da nova despesa à Lei Orçamentária Anual (LOA) e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)". A portaria prevê que caberá ao secretário-executivo do Ministério da Agricultura a responsabilidade pelo concurso, além "das respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários". Segundo o Mapa, os salários serão de 14.584,71.

Sindicato - O Sindicato dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) é contrário à proposta e defende a realização imediata de um concurso público para contratação de mais fiscais. O presidente da entidade, Maurício Porto, considerou negligente a contratação temporária de médicos veterinários para atuarem como fiscais. "Em uma comparação grosseira é como contratar advogados para atuarem temporariamente como juízes", afirmou. Para ele, a carreira exige que fiscais sejam contratados por meio de concurso público, para habilitação eficiente do profissional que acompanhará o abate e o processamento das carnes em frigoríficos.

Segundo o dirigente sindical, a portaria publicada hoje era esperada, mas chamou atenção pelo número de contratações sinalizado. Foram anunciadas 300 vagas, quando o déficit de funcionários estimado pelo sindicato é de 1.600. Ele reclama do fato de o anúncio contemplar apenas a categoria de médico veterinário, sem atender outras carreiras possíveis, como a de engenheiro agrônomo, por exemplo.

Novacki considerou as críticas do sindicato improcedentes. "Eles estão desinformados e não é por falta de boa vontade nossa. Marcamos uma reunião na próxima terça-feira (25) com as principais entidades para esclarecermos isso".

Ele ainda disse que a contratação não substituirá o concurso público previsto para o mesmo número de vagas. "Há uma carência de pessoal e algumas linhas de produção em frigoríficos estão prontas para



funcionar e não podem por conta da falta de fiscais. Essa contratação é emergencial e ocorre para suprir a lacuna até que os procedimentos para o concurso público sejam finalizados".

### **Ministerio de Agricultura busca “socios” para reabrir frigoríficos**

21/07/17 - por Equipe BeefPoint O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, admitiu nesta quinta-feira, 20, em reunião com produtores em Alta Floresta (MT), que não há uma solução “no curtíssimo prazo” para a crise na pecuária naquele Estado, após o caso JBS e a delação dos empresários Joesley e Wesley Batista, além da suspensão da importação de carne bovina in natura pelos Estados Unidos.

Segundo ele, o ministério atua em busca de “parceiros” para que sejam reabertos frigoríficos em Mato Grosso, fechados após o crescimento da companhia e a concentração no setor de frigoríficos bovinos.

Na saída do evento, Maggi citou unidades que estão sendo reabertas em Cáceres (MT) e em Nova Monte Verde (MT) e a perspectiva de que plantas frigoríficas também possam retomar o abate e o processamento nas cidades mato-grossenses de Matupá, Brasnorte, Nova Xavantina e Várzea Grande.

“A dificuldade que temos serão oportunidade para reabertura dos frigoríficos. Isso vai mudar o patamar da arroba do boi e vamos ter uma pecuária muito mais disputada.”

Durante o encontro com os produtores em Alta Floresta, Maggi voltou a defender a reabertura comercial do Brasil, considerado “muito fechado” por ele, e criticou o que chamou de cartéis e monopólios do setor de insumos agropecuários.

Maggi disse, ainda, que o ministério tem feito com que a fila de liberação de novos produtos ande de forma mais rápida. “Em um ano houve mais autorizações para novos (produtos) veterinários e agrícolas e do que em 10 anos”, concluiu.

Fonte: Estadão, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

### **Paraná dejaría de vacunar contra la aftosa en 2019**

20 de julho de 2017 - Mesmo estando dois anos à frente do cronograma oficial do Mapa, medida não irá atrapalhar plano nacional de erradicação da doença, afirma Adapar

Depois de quase suspender a vacinação contra a febre aftosa há cerca de dois anos, o Paraná se prepara para deixar de vacinar seu rebanho bovino no primeiro semestre de 2019, de acordo com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado (Adapar).

Se efetivada, a medida antecipará em dois anos o estipulado pelo Plano Estratégico de Erradicação de Febre Aftosa (Pnefa), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No cronograma do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Pnefa), o Paraná faz parte do bloco 4, que só deixaria de realizar a vacinação no primeiro semestre de 2021.

Segundo o diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, o Mapa sempre esteve ciente da meta do Estado e a decisão de suspender a vacinação não irá afetar o plano. “Acredito que isso irá, inclusive, dar mais força ao planejamento do Mapa, uma vez que serviremos de exemplo para os demais Estados”, afirmou.

O executivo ressaltou que a meta leva em conta uma série de processos e que se algum deles não tiver concluído no fim de 2018, a suspensão da vacinação no Estado será adiada. “Só deixar de vacinar não é suficiente. É necessário criar uma barreira robusta que garanta segurança a todas as cadeias produtivas. Nosso plano está fixado em quatro pilares. Ele tem que ser tecnicamente viável; trazer benefícios econômicos; ser politicamente sustentável; e estar pronto em um momento oportuno. Se algum desses requisitos não for viável, não suspenderemos a vacinação”.

Em relação ao último ponto, 'momento oportuno', Kroetz destaca que se trata de uma série de variáveis, como a situação sanitária dos vizinhos no momento. “Jamais iremos pedir a retirada da vacina caso algum estado ou país que faça fronteira com o Paraná tenha registrado algum foco da doença naquele momento”.

A demanda para retirar a vacinação contra febre aftosa no Paraná é um apelo, principalmente, do setor de suínos. O Estado concentra o segundo rebanho suíno do País e é também o segundo maior exportador, atrás apenas de Santa Catarina. Os suinocultores alegam que o fato de o Estado ainda vacinar contra febre aftosa mesmo sem ter nenhum foco da doença há mais de uma década coloca uma grande desconfiança no sistema de inspeção do Brasil e evita que eles acessem mercados externos que pagam melhor.

No caso da bovinocultura de corte, o executivo cita que o recente caso da suspensão das exportações de carne bovina para os EUA seria evitado caso nos últimos anos o Brasil tivesse concentrado esforços em retirar a vacinação ao invés de melhorar a vacina.

“Se não vacinásemos, isso não aconteceria. Demorou mais de 17 anos para abrir esse mercado e em menos de 17 meses já abalamos essa relação. Espero que isso reforce ainda mais a necessidade da suspensão da vacinação e que os estados não meçam esforços para que isso aconteça”, concluiu Kroetz.

De acordo com a Adapar, boa parte das adequações para que o Estado solicite o status livre de aftosa sem vacinação à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2019 já foi concluída. Ainda faltam a



construção de três barreiras interestaduais em MS, SC e SP. Por questões logísticas, a mais difícil delas é na fronteira com São Paulo, na cidade de Campina Grande do Sul. Também serão contratados 35 veterinários para recompor o quadro de funcionários.

Fonte: Portal DBO

### **Alarma por tres casos de rabia bovina**

20/07/17 - por Equipe BeefPoint - Três casos confirmados de raiva em bovinos puseram em alerta o sistema de saúde dos municípios de Itararé e Riversul, no sudoeste paulista. A doença é fatal e pode ser transmitida para o homem por meio do contato com os animais doentes.

Cinco bovinos e um suíno morreram com sintomas de raiva em propriedades rurais dos bairros Barreirinho, Serrinha e das Furnas, em Itararé, entre março e junho deste ano. Os exames de laboratório confirmaram a doença em três animais segundo a Vigilância Epidemiológica do município.

De acordo com a enfermeira Juliana Sala, todos os moradores e funcionários das propriedades foram vacinados. “Aqueles que tiveram contato com os animais receberam também o soro, que tem ação preventiva mais rápida. Temos ainda duas pessoas em tratamento.”

O médico veterinário da Vigilância, Dalmerson Lopes Machado, disse que os proprietários rurais foram orientados a vacinar todo o rebanho bovino e também os animais domésticos, como cães e gatos.

“Temos a presença na região do morcego hematófago, que funciona como propagador da raiva, ao sugar o sangue de um animal doente. É um fator que eleva o risco.” Os morcegos podem levar a doença para a área urbana, mordendo cães e gatos, mas já houve relatos de ataques de hematófagos a pessoas no meio rural.

De acordo com Machado, ao menos 15 bovinos morreram com sintomas em fazendas de Riversul, município vizinho.

A Defesa pede que os casos de mordeduras em animais sejam notificados. Durante o primeiro semestre de 2017, a equipe de controle da raiva averiguou a causa da morte de 258 animais no Estado. Desses, 93 herbívoros tiveram resultado positivo para raiva.

## **URUGUAY**

### **La poszafra ganadera continúa viento en popa**

Por Blasina y Asociados, especial para El Observador -Julio 21, 2017 El precio y la demanda por el ganado gordo y reposición se mantienen firmes.

Las vacas gordas tuvieron destaque esta semana en el mercado, con precios de US\$ 3 el kilo

El mercado ganadero continúa firme y con aumentos semanales en varias categorías, desde los novillos y las vacas para frigorífico a los teneros más livianos colocados en las pantallas. El empuje de precios es acompañado por una base forrajera en buen estado, a pesar de las heladas de esta semana. Por ahora se disfruta de un invierno que ha dado una buena mano. El ritmo de faena disminuye, pero muy gradualmente supera las 40.000 cabezas y de hecho en la semana pasada la faena de novillos subió, en tanto la de hembras sigue bajando en forme consistente.

El destaque precisamente se da en las vacas gordas, cuyos lotes de punta pueden conseguir más de US\$ 3 por kilo. Los mayores precios desde noviembre de 2015. En dólares los precios se ubican 14% más que el valor de venta de igual período pero de un año atrás.

En la planilla de la Asociación de Consignatarios de Ganado (ACG) aumentó nueve centavos, a US\$ 2,96 por kilo.

En novillos los negocios se concretan entre US\$ 3,20 y US\$ 3,25. La ACG aumentó la referencia promedio de los mejores novillos de exportación a US\$ 3,21, siete centavos por encima respecto la semana anterior.

El indicador del Instituto Nacional de Carnes (INAC) de precio del novillo a pasturas para la semana cerrada al 15 de julio fue de US\$ 3,176 por kilo, concentrando el 78% del total de animales, lo que representó una suba de seis centavos respecto a la semana anterior, cuando promedió US\$ 3,11 por kilo.

En tanto, el 22% terminado a grano promedió US\$ 3,431, el valor más bajo desde que INAC comenzó a informar este indicador.

Las entradas a plantas industriales siguen ágiles, en el entorno de una semana. La demanda continua siendo importante para todas las categorías, debido a que la oferta es escasa.

Descenso muy leve en la faena

Aunque la faena de vacunos sigue bajando, el descenso es muy gradual. Para la semana cerrada al 15 de julio totalizó 41.595 animales. La contracción fue de un 5% menos que el año anterior y 695 cabezas por debajo respecto una semana atrás.

Aumentó la faena de novillos, 22.173, 4% más que los 21.411 de la semana pasada y también por encima, un 7%, respecto a los 20.732 del año anterior.



En cambio, la faena de vacas cae fuerte. Fueron 18.699, un 45% del total, cerrada al 15 de abril. La actividad en esta categoría se ubicó 9% por debajo de las 20.457 de la semana anterior y 14% menos que las 21.817 cabezas faenadas en el 2016.

Por sexta semana consecutiva se sacrificaron más novillos que vacas.

Precios de exportación

El precio de exportación para carne vacuna se mantiene muy estable. En la semana cerrada al 15 de julio el valor de exportación para carne vacuna fue de US\$ 3.297 por tonelada, muy similar a los US\$3.301 de una semana atrás. El valor medio de las últimas cuatro semanas móviles fue de US\$ 3.394 según los valores divulgados por INAC.

También esta semana el INAC informó que en junio el valor del Novillo Tipo tuvo una suba marginal de 0,2% respecto a mayo llegando a US\$ 1.075 por cabeza. La mejora se explica por "en incremento en el valor de la canal al mercado interno y en el valor de las menudencias y subproductos, compensado con una disminución en el precio del cuero fresco. El valor de los cortes de exportación se mantuvo estable", indicó INAC.

Señaló que en junio el valor agregado por operación industrial cayó US\$ 32 por cabeza respecto a mayo, ubicándose en US\$ 282 por animal. La participación de la hacienda dentro del valor total subió casi dos puntos frente a mayo llegando a 72%, mientras que un año atrás fue de 73%.

### **Si bien aún falta ajustarlo, el dressing ganadero "está por el buen camino"**

Julio 21, 2017 Ricardo Reilly, delegado de la ARU ante el INAC, dijo estar conforme con la evolución que se logró

La operación de "dressing medida semanalmente bajó a un 7, 7%."

Los técnicos del Instituto Nacional de Carnes (INAC) están realizando un seguimiento para el control y fiscalización del decreto 310 –establecido el año pasado por el Poder Ejecutivo–, que impuso un dressing máximo. Si bien se está en un paso intermedio, "entiendo que vamos por buen camino, aunque quedan muchas cosas por mejorar", destacó a El Observador Agropecuario el delegado de la Asociación Rural del Uruguay (ARU) ante el INAC, Ricardo Reilly.

Desde el pasado 1° de enero rige el decreto que dispone las condiciones para llevar a cabo el dressing (limpieza de los animales en el profeso de faena). Se trata de una normativa que establece cuáles son las partes del animal que no pueden ser extraídas en esa operación industrial, un tema que generó reclamos por décadas de parte de los productores.

Reilly explicó que si se observan los datos sobre la evolución semanal del dressing, se puede ver que pasó de oscilar por encima de 8% entre los años 2014 y 2016 a estar en menos de 8% en 2017.

"Estamos hablando de un promedio de 7,7% aproximadamente. En definitiva, todo este proceso busca lograr una estandarización entre las diferentes plantas, lo que a la larga le debería de brindar más certezas al sistema de comercialización de haciendas", dijo.

Tercera balanza

Consultado sobre la posibilidad de manejar la tercera balanza (previo al dressing) en los negocios de las haciendas a frigoríficos, en lugar de la cuarta balanza, como una solución a ese problema, señaló que no quería retomar esa discusión.

Sin embargo, expresó que al seguir el tema de cerca "es probable que nos hubiésemos ahorrado mucho tiempo y gastos innecesarios si hubiésemos ido directamente al pago en tercera balanza. Ahora hay que enfocarse en mejorar lo que está en proceso, que es ampliamente mejor que lo existía", sostuvo.

Por otra parte, ante una pregunta, destacó que siempre es bueno resaltar la importancia que tiene para el productor y toda la cadena la libre exportación de ganado en pie. "El precio del ternero ha sido un factor clave para que el criador se vea incentivado en producir más y en definitiva gana todo el sistema".

Opinó que está demostrado en los hechos que "la exportación en pie debe de ser libre e irrestricta, es un tema que está superado y demostrado en los números. Con la libre exportación en pie, gana el productor, la industria, el trabajador y el país en su conjunto", afirmó.

En materia de precios de ganado gordo, Reilly afirmó que es difícil hacer proyecciones. Señaló que hubo abultadas ventas previo al cierre del ejercicio y ese hueco se empezó a notar. "Se debe a dos factores, fundamentalmente: ganados que se terminaron antes por un clima favorable y la necesidad de dinero por caída en la rentabilidad de los predios ganaderos", explicó.

Postzafra

El faltante de ganado preparado debería prolongarse hasta entrada la primavera, por lo que la tónica de precios debería mantenerse, comentó Ricardo Reilly. Destacó que el grueso de los productores no vende el ganado en poszafra o vende muy poco, por lo cual el beneficio de un mejor precio en esta época del año es acotado y muchas veces puntual.



### **Una postzafra que alienta a la próxima zafra**

20 de julio de 2017 Estas últimas dos semanas han sido confirmatorias de una buena poszafra, al menos nítidamente mejor a la del año pasado que tuvo precios menores que la actual y fue efímera. Apenas los precios subieron a un máximo, revirtieron la tendencia y se desplomaron.

La poszafra actual posiblemente llegue unos 10 centavos arriba de la pasada, hasta US\$ 3,40 para el novillo y se prolongue en el tiempo porque costará recomponer la oferta, pero con una lógica mucho mejor a la del año pasado.

¿Qué ha pasado? En el mundo sigue la demanda de China, en la región siguen los problemas de Brasil y todas las empresas de Uruguay siguen colocando fluidamente sus productos y además ningún país siente la presión de exportar como sentimos nosotros. Las ventas en pie se han consolidado, pero los invernadores ya no tienen una relación de precios tan adversa como el año pasado.

Lo importante de la confirmación de un buen panorama forrajero es que parece anticiparse por como ha sido el invierno hasta este final de julio. La faena de hembras ya ha bajado y la disposición a entorar será máxima, lo que se seguirá reflejando en una baja faena de vacas.

La ganadería uruguaya inicia una nueva fase de expansión de su rodeo. Tendrá una buena producción de terneros en la próxima primavera y si el clima es normal también en la primavera 2018, es decir el destete del otoño 2019.

Las ilusiones de lograr relaciones armónicas entre los eslabones de la cadena a través de los scanners y mejorar el precio de exportación para sostener el crecimiento vuelven a instalarse.

### **Al influjo del mercado interno de la carne sube el Novillo Tipo**

Julio 18, 2017 El Indicador registró un leve incremento; el mercado externo sigue estable

Durante junio bajó el ingreso por operación industrial en la venta del Novillo tipo

Los incrementos registrados en el precio de la carne bovina en el mercado interno, de los cuales dos de tres correcciones registradas en el último mes ocurrieron en junio, determinaron que el Novillo Tipo que publica mensualmente el Instituto Nacional de Carnes (INAC) correspondiente al mes pasado, tuviera un leve incremento, frente a un mercado de exportación que se mantuvo estable.

Durante junio el precio promedio de la media res de novillo se ubicó en US\$ 3,77 el kilo, con un aumento de 1% sobre la media de mayo y de 2% sobre abril. En la primera semana de julio siguió al alza con un valor de US\$ 3,78.

En el mes de junio pasado el valor generado por la venta de todos los productos de un Novillo Tipo luego del proceso industrial (peso vivo 480 kilogramos, rendimiento en cuarta balanza 54%, razas británicas y sus cruza) fue de US\$ 1.075 por animal, un 0,2% superior al valor en dólares de mayo que fuera de US\$1.073 por cabeza.

Según INAC, el leve incremento en el valor del novillo tipo se explica por un incremento en el valor de la canal al mercado interno y en el valor de las menudencias y sub - productos, compensado con una disminución en el precio del cuero fresco, todos ellos medidos en dólares corrientes.

En el mes de junio de 2017 el valor agregado por la operación industrial (que incluye costos y beneficios) disminuyó US\$ 32/cabeza en relación al mes anterior ubicándose en US\$ 282/cabeza. La faena de novillos en mayo fue de 105.596 cabezas, mientras que en junio fue de 114.593 cabezas.

En el mes de mayo el Novillo Tipo había registrado una disminución de 2,5% por una baja de los valores de exportación, pero también se observó en ese lapso que la canal para el mercado interno había verificado un leve aumento medido siempre en dólares corrientes.

### **Capacitarán a transportistas de carnes y operarios de carnicerías**

Julio 17, 2017 Iniciativa del INAC, Facultad de Veterinaria y la Intendencia de Colonia

Con el objetivo de promover una mayor eficiencia en las actividades de traslado de carnes y su comercialización al consumidor final, el Instituto Nacional de Carnes (INAC) impartirá un curso para operarios de carnicerías y de medios de transporte de carnes.

La capacitación, según se informó a El Observador al inicio de esta semana, se brindará en Colonia el lunes 24, martes 25 y miércoles 26 de julio, entre las horas 14 y 18.

La actividad es promovida además por la Facultad de Veterinaria de la Universidad de la República y la Intendencia de Colonia.

El curso se realizará en la Casa de la Cultura de Colonia, ubicada en la Av. Gral. Rivera 346 entre Dr. Fosalba y Coronel Arroyo.

Las temáticas que se abordarán serán: marco normativo nacional, clasificación y tipificación de carnes, inocuidad alimentaria y microbiología, calidad de carnes, higiene y desinfección y demostración práctica de cortes de carnes tradicionales y alternativas, entre otras.





Los interesados en inscribirse deben hacerlo en el INAC, antes del viernes 21 de julio, completando el formulario disponible en [www.inac.gub.uy](http://www.inac.gub.uy) o llamando al teléfono 2 916 04 30 interno 440 entre las horas 9 y 17.

## PARAGUAY

### Abogan por instituto de la carne

20 de Julio de 2017 El presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Regional Cordillera, José Pappalardo, abogó por la aprobación del Instituto Paraguayo de la Carne, propuesta que está pendiente de aprobación en la Cámara de Diputados. Este proyecto está siendo apoyado por la ARP y, sin embargo, la Cámara Paraguaya de la Carne objeta la creación de este organismo.

Pappalardo dijo que es fundamental la creación del instituto de la carne. "Para que la carne paraguaya tenga mejor precio se tiene que tipificar la carne, y si no hay un organismo especializado en eso, no se va a tipificar", expresó ayer antes de una reunión con pequeños productores de Cordillera que realizaron visitas de aprendizaje en la Expo 2017 de Mariano Roque Alonso.

## UNIÓN EUROPEA

### Informan avances en las negociaciones con México y Mercosur

The Commission publishes today - as part of its commitment to a more transparent trade policy – reports summarising the progress made during the latest negotiating rounds for the EU-Mexico and EU-Mercosur trade agreements. The reports offer a summary of the progress made in all areas of the negotiations, namely: 1) Trade in goods (including Market Access, and General Rules); 2) Non-Tariff Measures; 3) Rules of Origin; 4) Trade in Services; 5) Procurement; 6) Intellectual Property (including Geographical Indications); 7) Sustainable Development, 8) Other issues (Institutions and Regulatory Cooperation). Both negotiations are progressing at a good pace with full engagement from both partners. The latest round of talks with Mexico took place from 26 and 30 June 2017 in Mexico City and the next one is planned in Brussels for 25 to 29 September, with intersessional meetings between 24 and 27 July. The latest round with Mercosur was held between 3 and 7 July 2017 in Brussels and the next one is planned in Brasilia for 2 to 6 October, with intersessional meetings between 4 and 8 September in Brussels. The recent Commission proposals made in the course of the negotiations can also be accessed through the dedicated transparency page. More information on the EU-Mexico and EU-Mercosur talks is available on the website of DG Trade

### Problemas técnicos dificultan instrumentación de acuerdo con Canadá (CETA)

20 July 2017 - Unresolved outstanding issues are expected to delay the full benefits for Canadian agriculture of Canada's free trade deal with Europe, reports Bruce Cochrane.

21 September has been set as the implementation date for the Comprehensive Economic and Trade Agreement involving Canada and the European Union.

Brian Innes, the President of the Canadian Agri-Food Trade Alliance, estimates the agreement will mean about one and a half billion dollars in increased Canadian agri-food exports to Europe but outstanding issues will delay the full benefits of the agreement.

Brian Innes-Canadian Agri-Food Trade Alliance

On day one certainly some of the tariff concerns we've had around canola oil, around quota concerns that we have on low protein wheat, those things enable us to export right away where as other things that we gained in the agreement like access for beef and pork have some difficulties associated with them, primarily around food safety recognition between Canada and Europe.

While some of our beef plants will be able to export once they have the required certification there are some inconsistencies with the way Europe looks at certain provisions in our processing plants and the way that Canadian regulatory officials see those same requirements.

That means that not all of our current beef and pork processing plants will be able to meet European requirements on day one.

There need to be still further efforts made to enable our processing facilities here in Canada to meet European requirements.

On the crop side as well there are potential barriers around crop inputs like crop protection products as well as biotechnology traits that we include in our canola and our corn and our soybeans that are potential barriers as well but the main concerns do revolve around those meat processing recognition requirements.

Mr Innes says it remains to be seen how much of the negotiated quotas Canada will be able to use in the near term.

TheCattleSite News Desk



## **ESTADOS UNIDOS**

### **USDA informó un caso de BSE atípico en Alabama**

Last Modified: Jul 18, Washington, D.C., July 18, 2017 – The U.S. Department of Agriculture (USDA) announced an atypical case of Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE), a neurologic disease of cattle, in an eleven-year old cow in Alabama. This animal never entered slaughter channels and at no time presented a risk to the food supply, or to human health in the United States.

USDA Animal and Plant Health Inspection Service's (APHIS) National Veterinary Services Laboratories (NVSL) have determined that this cow was positive for atypical (L-type) BSE. The animal was showing clinical signs and was found through routine surveillance at an Alabama livestock market. APHIS and Alabama veterinary officials are gathering more information on the case.

BSE is not contagious and exists in two types - classical and atypical. Classical BSE is the form that occurred primarily in the United Kingdom, beginning in the late 1980's, and it has been linked to variant Creutzfeldt-Jakob disease (vCJD) in people. The primary source of infection for classical BSE is feed contaminated with the infectious prion agent, such as meat-and-bone meal containing protein derived from rendered infected cattle. Regulations from the Food and Drug Administration (FDA) have prohibited the inclusion of mammalian protein in feed for cattle and other ruminants since 1997 and have also prohibited high risk tissue materials in all animal feed since 2009.

Atypical BSE is different, and it generally occurs in older cattle, usually 8 years of age or greater. It seems to arise rarely and spontaneously in all cattle populations.

This is the nation's 5th detection of BSE. Of the four previous U.S. cases, the first was a case of classical BSE that was imported from Canada; the rest have been atypical (H- or L-type) BSE.

The World Organization for Animal Health (OIE) has recognized the United States as negligible risk for BSE. As noted in the OIE guidelines for determining this status, atypical BSE cases do not impact official BSE risk status recognition as this form of the disease is believed to occur spontaneously in all cattle populations at a very low rate. Therefore, this finding of an atypical case will not change the negligible risk status of the United States, and should not lead to any trade issues.

The United States has a longstanding system of interlocking safeguards against BSE that protects public and animal health in the United States, the most important of which is the removal of specified risk materials - or the parts of an animal that would contain BSE should an animal have the disease - from all animals presented for slaughter. The second safeguard is a strong feed ban that protects cattle from the disease. Another important component of our system - which led to this detection - is our ongoing BSE surveillance program that allows USDA to detect the disease if it exists at very low levels in the U.S. cattle population.

### **USDA elevó los pronósticos de importaciones y exportaciones de carnes bovinas para 2018**

18 July 2017 - In the cash market, as reported by USDA-Agricultural Marketing Service (AMS), fed steer prices were higher week-over-week, writes Steiner Consulting Group, DLR Division, Inc.

Rather strong near-term (delivery in 1 to 9 days) and longer-term (delivery in 17 to 30 days) prices were posted at the mid-week Fed Cattle Exchange (the market summary for this electronic platform is available here). The wholesale beef market (boxed beef cutout value by AMS) continued to dramatically drop, but remained above a year ago.

Barrow and gilt prices (e.g. National Base Carcass price) were about unchanged for the week and as in recent weeks were well above 2016's. The pork cutout value was up slightly week-over-week and 16 per cent above a year ago.

Turning to the livestock futures markets, for the week (average of the daily closing prices) the nearby (July) Lean Hog contract was up \$0.28 per cwt. to \$92.31. Prices on deferred hog contracts for the next 12 months all slipped (e.g. December 2017 declined by \$1.63 per cwt. week-over-week).

On a weekly basis, the Live Cattle contracts were all higher — August 2017 was up \$1.60 per cwt. (averaged \$116.36 per cwt.) and December increased \$2.46 for the week. Feeder Cattle contracts also posted price increases.

We take note of three market data items or reports that were released last week. First, early in the week Iowa State University (Dr Lee Schulz) released estimated hog producer returns for the month of June (the webpage is here).

The upswing in hog prices during June bolstered producer profitability. On a farrow-to-finish basis, profitability in Iowa was estimated at nearly \$41.50 per market hog sold. That was the highest for any sale month since October 2014.

Recent profitability levels, as well as opportunities to lock-in prices using the futures market at or above breakeven levels, suggest no pull-back in producer production plans.



USDA's World Agricultural Outlook Board released their monthly market update and forecast report (WASDE) last Wednesday (full report is [here](#)). The corn and soybean forecasts, along with some rain in parts of the Cornbelt, dropped both cash and futures feedstuff prices after the report. The WASDE report had rather minor changes in domestic livestock and poultry production.

We highlight USDA's international trade comments. "The beef export forecast [2017] is raised as global demand is expected to strengthen during the second half of the year. For 2018, both beef import and export forecasts are raised. Pork, poultry, and egg forecasts for 2017 and 2018 are unchanged from the previous month."

### **Faena aumentó con una proporción mayor de las hembras**

21 July 2017 - Some of you may have noticed that there have been no preliminary estimates of the upcoming USDA "Cattle Inventory" report. While analysts have a fairly good process for estimating the cattle on feed numbers, it is quite difficult to come up with the July cattle inventory estimates with no data for the previous year, writes Steiner Consulting Group, DLR Division, Inc.

USDA conducts an industry survey and provides cattle inventory estimates for 1 January and 1 July. But in 2013 and then again in 2016 USDA did not conduct a July survey due to budget constraints. Market participants and industry analysts utilise the July inventory data to recognise potential changes in the size of the breeding herd, update their estimates of cattle/beef availability in the next 12 months and incorporate the estimate of the calf crop in their long run projections.

This year USDA has conducted a survey and the results will be published on Friday afternoon. There are concerns, however, that the lack of information for last July will negatively impact the current survey and may necessitate significant revisions in future reports, something that was the case the last time USDA skipped the July count.

The July survey is not as comprehensive as the January count. Per USDA, "The January survey is the larger of the two surveys and includes nearly 50,000 cattle operations of all sizes. Estimates are made for all states. The July survey includes a list sample of nearly 10,000 of the larger cattle operations. Estimates are made at the US level only."

Expansion/contraction is one of the key points of debate each year and the latest cattle survey should provide some additional data points with that regard. Weekly female slaughter has been running substantially higher than a year ago. In the last six weeks, heifer slaughter has averaged at around 152,000 head/wk, up 13 per cent compared to the same six week period a year ago.

Beef and dairy cow slaughter has averaged around 107,500 head, 9 per cent above a year ago. The increase in cow slaughter has come as a result of both more beef cows and more dairy cows coming to market. In the last six weeks beef cow slaughter is up 13 per cent while dairy cow slaughter is up 6 per cent.

Does this indicate that expansion in the US cattle industry has come to an end? Are producers starting to liquidate their herds, which would lead to fewer cattle/less beef in 2019 and 2020? Not necessarily. The increase in slaughter should be placed in the context of a larger herd. As producers rapidly increased the number of beef cows and the calf crop in 2015 and 2016, this implies that there will be a net increase in the number of female calves.

It also means that the number of cull animals will be larger. The following chart seeks to put the female slaughter numbers in the context of overall slaughter. It shows the ratio of female slaughter (cow slaughter + heifer slaughter) relative to total cattle slaughter.

In the past this ratio has coincided quite well with cattle cycles. Despite the recent increase in female cattle slaughter, the ratio to overall slaughter still is one of the lows of the past 25 years. As you can see the ratio is quite seasonal but during liquidation years the ratio in the summer months has hovered around 45-46 per cent.

In 2015 and 2016, it hit 40 per cent, big expansion years, and this year it has averaged around 42 per cent. So while expansion may have slowed down from the torrid pace of the last two years, we would suggest that beef industry expansion continues and we should expect a larger beef herd both in the 1 July and then 1 January 2018 reports.

### **Exportaciones continuaron firmes en mayo de 2017**

By Livestock Marketing Information Center July 20, 2017 | U.S. red meat export tonnage continued to post year-over-year increases in the latest data compiled by USDA, which is for the month of May. In their World Agriculture Supply and Demand Estimates, USDA is forecasting that both beef and pork exports (carcass weight) this calendar year will set new record highs. Beef export tonnage during May was 3.2% above a year ago. For the first five months of 2017, U.S. beef export tonnage surged 19.5% year-over-year to nearly 1.1 billion pounds (carcass weight equivalent). That slightly eclipsed the prior high for January-May set in 2011.



Pork export tonnage in May was 12.3% above 2016's and year-to-date increased 12.1%. At over 2.4 billion pounds (carcass weight), U.S. pork exports so far this year were the largest ever for the January-May timeframe (increased 3.0% from the prior high set in 2012).

### **Menores importaciones de carnes bovinas – Canadá principal abastecedor**

By Derrell S. Peel, Oklahoma State University Extension July 19, 2017 There is a growing recognition that international beef trade will play an increasingly important role in the U.S. beef industry in the coming years. Within the dynamics of global beef trade it is important to understand changes and trends in U.S. beef trade. The quantity of U.S. beef imports and exports has varied considerably over time and so has the shares of trade among major countries that trade beef with the U.S. Some of these changes are related to specific events, such as the occurrence of Bovine Spongiform Encephalopathy (BSE) in 2003, political changes or currency exchange rate impacts. Some, however, are just evolution of markets over time due to changes in production and/or demand in the U.S. and other countries. This article focuses on U.S. beef imports.

The latest monthly trade data shows that total beef imports in May were down 1.7 percent. For the year to date, January-May, total beef imports are down 9.0 percent year over year. This follows a 10.5 year over year decrease in U.S. beef imports in 2016.

Australia, historically the top source of U.S. beef imports, is currently the third largest source, down 24 percent in May and down 34 percent year over year for the year to date. Australia has accounted for about 29 percent of U.S. beef imports over the past decade but only represents about 21 percent so far this year. Australia will likely rebuild some market share in the coming years with herd rebuilding following the drought forced herd liquidation in 2014 and 2015. Imports of beef from New Zealand were down 14.5 percent year over year in May and are down 19.6 percent so far in 2017. New Zealand beef represents about 22 percent of beef imports so far in 2017. New Zealand has consistently averaged about 20 percent of U.S. beef imports over the past decade.

With the year over year decline in imports from Australia and New Zealand, Canada is currently the largest source of U.S. beef imports. May beef imports from Canada were up 3.4 percent year over year but year to date imports from Canada are down 3.6 percent from last year. Canada accounts for about 23 percent of beef imports in 2017. Canada has varied as the number one, two or three source of U.S. beef imports in the last ten years. However, Canada's share of U.S. beef imports appears to have trended down some over time with the current share considerably lower than the 27 percent average over the past decade.

The clearest and most pronounced trend in U.S. beef imports in the growing role of Mexico as a source of beef imports. In May, beef imports from Mexico were up 27.4 percent year over year and are up 29.7 percent for the year to date. Mexico, which accounted for less than 2 percent of beef imports a decade ago, increased to account for over 16 percent of U.S. beef imports in 2016 and represents 20 percent of beef imports so far in 2017.

Imports of beef from Brazil in May were up 50.3 percent year over year and are up 34.2 percent for the year to date. However, the reinstated ban on fresh beef from Brazil in June may slow imports once again, at least temporarily. Brazil has been a distant fifth place source of U.S. beef imports over the past decade, averaging about five percent of the U.S. beef import total. Brazil accounted for 5.1 percent of beef imports in 2016 and 5.3 percent so far in 2017.

### **Existencias de Ganado bovino en feed lots proyectan un nuevo aumento**

20 July 2017 - Before we go over the estimates of the cattle on feed inventory, just a very brief update on the case of atypical BSE that USDA announced. You can read all the details from the link below but our opinion is that this should have very little material impact on domestic or export demand, writes Steiner Consulting Group, DLR Division, Inc.

The last occurrence of BSE was in April 2012 and the impact was minimal. The worry is that some foreign markets may use this as an excuse to raise barriers. US government and trade groups, such as USMEF, have worked hard to clarify the steps US beef industry has taken against BSE. It remains to be seen how futures markets knee jerk reaction to this will be today.

Cattle on Feed Estimates: Last month, USDA reported that feedlots with +1000 head capacity had about 11.1 million head of cattle on feed, 292,000 head (+2.7 per cent) more than the previous year. Analysts polled by Urner Barry ahead of this month's report expect 1 July on feed numbers to be up by a similar amount (290k, +2.8 per cent).

Feedlots have placed more cattle on feed the last six months but they have also marketed them fairly aggressively. June fed cattle slaughter (based on actual daily slaughter) was 4.5 per cent higher than a year ago, which is about the same y/y increase analysts are using.

If they are right, it would imply feedlot marketings in June of 2 million head, 88k head more than a year ago and the largest monthly marketing number since June 2011. It is quite impressive that the value of the beef cutout in June 2017 averaged around \$130/cwt, about 20 per cent higher than back in 2011.



Robust domestic and export demand has benefited the beef industry this past spring and summer. And despite the trepidation caused by larger supplies fed cattle numbers available this fall, the improvement in demand should continue to bolster beef/cattle values going forward.

The analyst survey did not reveal great disagreements about the number of cattle placed on feed during June, although one could point to factors that may push the placement numbers outside of the range of predictions.

Fed cattle prices and the beef cutout was particularly strong in the first half of June while feed costs tumbled lower in the second half of the month. The incentives were quite strong for feedlots to go out there and try to bring as many feeders in.

Drought conditions in the Dakotas were not as big an issue as today but they had started to have an effect so that also may have played a role in pushing some calves onto feedlots. The last USDA report showed that feedlots had to dig deeper in the feeder supply and it is possible we will once again see placements skew light.

This is always something to consider when reviewing the placement numbers and projecting when some of those cattle will be available for marketing. All of the above support the view that placements should be higher and some regional reports indicate a significant increase in the number of cattle placed on feed during June.

But not all data support the view of a big increase in placements. Feeder cattle imports from Mexico and Canada in June were down 15 per cent from a year ago. Sales of feeder and stocker cattle over 600 pounds in June were down about 1.8 per cent from a year ago.

### **Congreso podría autorizar el sacrificio de caballos**

Bartholomew D Sullivan, USA TODAY , KTHV 5:19 AM. EDT July 19, 2017 WASHINGTON — Last week the House Appropriations Committee took a step toward allowing for horse slaughter in the U.S. by defeating a ban on horse meat inspections by the Agriculture Department.

On Tuesday, wild horse advocates hope the committee maintains a legal barrier that prohibits culling wild horses.

For years, Congress has prohibited horse slaughter operations by not appropriating funding for federal horse meat inspectors. Last week, after a dramatic debate that even those opposed to the ban called “emotional,” the appropriations committee, on a 25 to 27 vote, failed to extend the prohibition into next year.

Proponents of ending the ban on horse meat inspection, including Rep. Robert B. Aderholt, R-Ala., noted that more than 100,000 horses are exported from the U.S. for slaughter in Canada and Mexico every year, and that an American-regulated inspection program should result in more humane processing of the animals.

But Rep. Lucille Roybal-Allard, D-Calif., whose amendment would have prohibited funding for an inspection program, said, “we know unequivocally that horse slaughter is not humane and can’t be done humanely because of the unique biology of horses.”

Roybal-Allard said that 80 percent of the American public opposes horse slaughter but noted other reasons to oppose an inspection program, including that horses are exposed to a variety of chemical substances that might make their meat a public health hazard. She said what little economic benefit horse slaughter might bring a community would be accompanied by polluted waters and a “foul stench.”

She noted earlier USDA inspection efforts uncovered the inhumane treatment of horses, some of which remained “conscious during dismemberment.”

President Donald Trump’s proposed 2018 budget for the Bureau of Land Management cuts funding for the wild horse management program and proposes dropping rules preventing BLM from selling captured wild horses to slaughterhouses.

Rep. Sanford Bishop, D-Ga., said most Americans consider horses “as companion animals, not as livestock.” In response to the argument that some horses will be slaughtered abroad anyway, Bishop thundered, “If they’re going to be slaughtered: not in our house, not in our country.”

Rep. Marcy Kaptur, D-Ohio, sought to introduce American iconography into the debate. “We built our country and fought wars on the backs of horses and they deserve better treatment than any door opening to their slaughter,” she said.

During the debate, both opponents and supporters of an inspection regimen were careful not to suggest anyone was advocating horse slaughter, and language in other parts of the bill specifically provided for continued implementation of inspections for the inhumane treatment of horses under the Animal Welfare and Horse Protection acts.

Rep. Mark E. Amodei, R-Nevada, acknowledged no one in the room favored horse slaughter and said that, realistically, since none exist, it would take a decade to get a horse slaughter house licensed in the U.S. He said he hoped allowing inspections would help create “pressure” to solve the overpopulation problem because current efforts are not working.



In 2014, the Senate briefly considered lifting the ban on horse slaughter for human consumption that would have opened the practice to a Missouri-based processing plant. In May of this year, the USDA's Food Safety and Inspection Service issued a warning to an acclaimed gourmet restaurant in Pittsburgh for serving horse tartare — raw horse meat mixed with vinegar chips and egg yolk — during a Quebec-themed dinner. The meat came from Alberta.

On Tuesday, the full committee will take up an Interior Department appropriations bill that currently prohibits spending on "the destruction of healthy, un-adopted wild horses and burros in care of the of the Bureau (of Land Management) or its contractors or for the sale of wild horses and burros that result in their destruction for processing into commercial products."

But Suzanne Roy, director of the Davis, Calif.-based American Wild Horse Preservation Campaign, said Monday that she's concerned that the provision might be stripped out by a member of the committee, Rep. Chris Stewart, R-Utah, who has advocated turning over management of federally protected horses to the states.

"They believe under this new administration that this is their moment to make the move," she said.

A spokeswoman for Stewart, Daryn Frishknecht, said she was unaware of any such plan but would look into it.

### **Líderes del sector se reúnen para decidir el destino del Programa Check Off**

18 July 2017 - More than 700 cattle industry leaders gathered at the Cattle Industry Summer Business Meeting in Denver last week to help create direction for industry programmes. The meeting ran from 13-15 July.

The event included sessions of the National Cattlemen's Beef Association, Cattlemen's Beef Board, American National CattleWomen and National Cattlemen's Foundation. Among the purposes of the yearly conference was to create a framework for checkoff and policy efforts on behalf of US cattle producers for the 2018 fiscal year, which for NCBA and the Cattlemen's Beef Board begins 1 October.

Keynote speaker at Thursday's Opening General Session was Eric Baumgartner, executive vice president of VML, a global marketing ad agency. Mr Baumgartner provided insight into the advent of technologies that are changing how consumers purchase almost everything they buy, from hamburgers to vacations. General Session I was sponsored by Boehringer Ingelheim Vetmedica, Inc.

Also at the Summer Business Meeting, results from the 2016 National Beef Quality Audit were being unveiled. About every five years since 1991, the NBQA has delivered a set of guideposts and measurements for cattle producers and others to help determine quality conformance of the US beef supply.

"While cattlemen and women continue to improve their operations and the beef they produce, here has been tremendous volatility in our industry over the past couple of years," said Craig Uden, a beef producer from Nebraska and NCBA president.

"To maximise their success cattle producers need to understand not only the impact of their own operations but everything in the world that affects how they do business today."

Joint Committees and Subcommittees met on Thursday and Friday (13 and 14 July) to develop proposals for 2018 checkoff-funded research, education and promotion programmes. Also on Friday, NCBA policy committees met to determine priorities and discuss strategies for 2018. The NCBA Board held its board meeting on Saturday (15 July). The meeting of the Cattlemen's Beef Board took place on Friday, 14 July.

"Cattlemen and women from across the country are taking time out of their busy lives to help make decisions that will have an impact on the direction our industry takes," said Mr Uden.

"Meetings like this are a testament to the unselfish dedication these individuals have for the future of the beef cattle industry."

TheCattleSite News Desk

## **VARIOS**

### **COLOMBIA ya presenta cuatro focos de fiebre aftosa.**

Por: ECONOMÍA Y NEGOCIOS 18 de julio 2017 COLOMBIA ICA reporta dos nuevos casos de aftosa en el país Norte de Santander y Cundinamarca, los sitios con los brotes descubiertos.

El Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) reportó dos nuevos casos de fiebre aftosa en el país. El primero en el área de San Faustino, en Norte de Santander, y el otro en zona rural del municipio de Tibacuy (Cundinamarca).

Los confirmados por el ICA suman ya cuatro focos de fiebre aftosa en Colombia, teniendo en cuenta los de Tame (Arauca) y Yacopí en Cundinamarca.

Por ahora, los países compradores de carne y subproductos cárnicos han cerrado las puertas al mercado colombiano en espera de mayor información acerca de los brotes de aftosa registrados en el país.



Para la mañana de este martes, el Instituto Colombiano Agropecuario citó a una rueda de prensa en la que dará más detalles acerca de los nuevos focos de aftosa que se presentan en Colombia.

### **AUSTRALIA: oferta ha comenzado a subir y los precios retroceden**

18 July 2017 For the first time in three years, Australian cattle prices are now lower than year-ago levels, and production is higher, resulting in downward pressure on the market that is expected to continue throughout 2017.

This is one of a number of revisions to 2017 projections included in Meat & Livestock Australia's (MLA) cattle industry projections July update, made as a result of factors including a poor July-to-September rainfall outlook for southern Australia following the dry autumn, 20-year low female slaughter and volatile global market activity.

The turning point for Australian beef came in June when eastern states' slaughter consistently tracked higher than year-ago levels for the first time since 2014, while at the same time, cattle prices dropped below year-ago levels, also for the first time in three years. These trends are likely to remain in place for the remainder of 2017 and have a significant impact on price and production expectations.

Record low female cattle slaughter as a result of the ongoing national herd re-build has impacted many parts of the industry. After the first four months of 2017, female cattle slaughter was just 973,000 head – the lowest since 1995 and representing 45% of the overall adult kill, three percentage points below the 10-year average of 48%.

The adult cattle kill was 13% below 2016 levels at 2.16 million head after the first four months of the year, also the lowest since 1995. However, numbers processed across the eastern states recovered in June and are anticipated to remain above year-ago levels for the rest of 2017.

The result is a small revision to the annual total, to be steady with 2016 at 7.25 million head, compared to April estimates of 7.1 million head. Momentum is expected to continue through to 2018, when 7.6 million head are anticipated to be processed.

A significant consequence of the low female cattle slaughter, combined with record high numbers of cattle on feed is that average carcass weights for the year-to-date were 296.3kg/head – a staggering 7.8kg (3%) increase on the previous record set in 2012.

As a result of the increase in cattle slaughter, combined with heavier carcass weights, 2017 beef and veal production is now estimated to be 2.17 million tonnes carcass weight (cwt), up 2% year-on-year.

Despite significant shifts in global beef markets, the forecast 2% year-on-year rise in Australian beef production for 2017 should see exports match the 1.02 million tonnes shipped weight (swt) shipped in 2016. This would result in the fifth consecutive year above one million tonnes exported.

### **TAIWAN levantaría la prohibición sobre las carnes bovinas de origen japonés**

18 July 2017 Taiwan has decided in principle to lift a ban since 2001 on beef imported from Japan, action taken following the discovery there of cattle with mad cow disease, the Food and Drug Administration said in a statement posted Monday on its website.

The Japan Times reports that the statement also indicated Taiwan will also lift bans imposed for the same reason on beef imports from Sweden and the Netherlands.

An FDA official told Kyodo News on condition of anonymity that if all goes smoothly, Taiwan will resume imports of Japanese beef no later than 15 October.

Nearly 95 per cent of Taiwan's beef is imported. Last year the United States was Taiwan's No. 1 beef supplier by weight and value, followed by Australia and New Zealand.

Before the ban was imposed, Japan exported a minuscule amount of beef and beef products to Taiwan. In 2000, Japan shipped only 4 tons, only 0.01 per cent of the total amount imported by Taiwan that year.

Taiwan also banned beef imports from the United States and other countries in 2003. Over time, Taiwan lifted the bans on Paraguay, New Zealand, Australia, Canada and the United States.

Japan applied to the FDA in 2007 for the ban to be lifted, as the Netherlands did in 2006 and Sweden in 2012.

According to the details published on the FDA website, when shipments resume, Japanese beef and beef products exported to Taiwan must come from cattle less than 30 months old. Younger cattle are considered to pose less risk of mad cow disease.

Taiwan also agreed to resume Japanese beef imports on the condition that the cattle is slaughtered or processed at government certified facilities, and comes from cows that can be traced to the farms where they were born and raised for more than 100 days.

Also, specific risk materials, parts of the cow that are at particular risk of infection, must be removed from cows slaughtered for beef and beef products shipped to Taiwan. Mechanically recovered meat, mechanically separated meat and advanced meat recovery product from the skull and vertebral also will not be accepted.



All imports of Japanese beef and beef products must also pass related regulated radiation inspection and carry government documents with necessary information and proving that they pass necessary inspections, the FDA website said.

TheCattleSite News Desk

## INDIA

### **Prohibición a la venta de bovinos afectó a restaurantes**

18 July 2017 - The ban on trading cattle for slaughter hit the restaurant business during the previous quarter, with supplies of meat and meat-related food curtailed and prices on the rise, restaurateurs and traders said.

While supplies fell by about 75 per cent, prices shot up by 30-45 per cent, according to restaurants, fresh trade suppliers and processed food companies selling lamb, mutton and bacon.

Still, according to The Economic Times, many restaurants held prices for customers to encourage the trend of eating out, which is starting to show signs of recovery.

"The supply chain was erratic in the quarter and we did not want to disappoint customers by not serving regular food items on our menu. Constraints on the supply chain were among the factors that impacted the industry in the April-June quarter," said Rohan Jetley, chief executive officer of casual dining chain TGI Fridays.

"Supplies did get impacted for sure. There has been a degree of uncertainty in the past few months," said Jay Singh, executive director at JSM Corp, which runs California Pizza Kitchen and Shiro.

He said JSM kept prices unchanged at its restaurants, including Hard Rock Café, known for its meat burgers. The Ministry of Environment, Forest and Climate Change notified the Prevention of Cruelty to Animals (Regulation of Livestock Market) Rules, 2017, on 23 May, about five months after the draft was put out for feedback.

The rules restrict sale of cattle for slaughter. While the ban has been stayed by the Supreme Court, industry officials said it could take a quarter for trade channels to return to normal.

"For restaurants which have long-term contracts with suppliers, the losses had to be borne by their trade partners," said Rajiv Jaisinghani, managing director of Darshan Foods, which sells frozen processed meats under the brand Meatzza.

Leading traders said they would take up the matter with government authorities.

Sirajuddin Qureshi, owner of New Delhi-based Hind Agro Industries and president of All India Jamiatul Quresh, an association of meat traders, said: "The court has ordered a three-month stay on the Centre's rules banning the sale and purchase of cattle for slaughter. What after that? We will be meeting the environment minister Harsh Vardhan to take up the issue."

"With Ramadan and Eid last month, along with the ban, the supply was very tight. We expect demand to stabilise over the next three months," said Karan Tanna, founder of Yellow Tie Hospitality, which operates 18 stores of fine dining chain Genuine Broaster Chicken.

He said the constraints on meat supply led to a steady increase in the demand for chicken, which saw prices go up 15 per cent as a direct consequence.

According to Mr Qureshi, prices of buffalo meat increased by 30 per cent to Rs 250 a kg in the April-June quarter. Transporters of animals, too, faced threats.

"While demand for sheep and goat went up, so did prices by 25 per cent over the past three months. Prices are currently at Rs 500 a kg," he said.

Mohammad Atiq, a goat trader at the Ghazipur mandis who supplies to the Taj Hotels, Oberoi Group and Radisson Hotels, said arrivals from Rajasthan, Punjab, Haryana and Uttar Pradesh had been slow.

"We expect arrivals and consumer demand to pick up by August end," he said. "Since prices of chicken went up, we didn't pass on the increase in prices for other processed products like sausages, ham and salami," said Manan Suwal, VP, operations, at Gurgaon-based Ample Foods, which sells pork and chicken under the Prasuma brand.

He said he expects a "correction" by August-September. According to Arpan Sharma, director of the Federation of Indian Animal Protection Organisations, the dairy industry has been impacted, too.

TheCattleSite News Desk

### **Autoridad federal defendió la barrera recientemente removida por la Corte Suprema**

19 July 2017 - The ban on sale and purchase of cattle from animal markets for slaughter was intended at the welfare of animals and tackling illegal sale and smuggling, the government has informed the Lok Sabha.

According to NDTV, the draft notification for Prevention of Cruelty to Animals (Regulation of Livestock Markets) Rules was notified on 16 January, inviting within 30 days objections and suggestions from all persons likely to be affected.





"The basic purpose of the Rules was to ensure welfare of the animals and to ensure adequate facilities for housing, feeding, water supply, veterinary care, proper drainage etc in the cattle market and to remove the scope of illegal sale and smuggling of the cattle.

"No objections were received from state governments during this period. After final notification, some representations have been received," Minister of Environment, Forest and Climate Change Harsh Vardhan said in a written reply to a question.

Last week, the Supreme Court had said the interim direction of the Madras high court staying the notification, will remain in force and would cover the entire country.

TheCattleSite News Desk

## **EMPRESARIAS**

### **URUGUAY -Grupo chino compra el 50% del frigorífico Lorsinal**

17/07/2017 - Operación se negociaba desde 2016 y sumará US\$ 36 millones.

Finalmente se concretó la venta del 50% del frigorífico Lorsinal al grupo chino Sundiro Holding Co Ltd. que en 12 meses tendrá la opción de adquirir el restante 50%. El negocio involucra un monto total de US\$ 36 millones (por el 100% del frigorífico), confirmaron a El País fuentes vinculadas a la operación.

El negocio estaba previsto desde mediados del año pasado, pero se demoró y finalmente se concretó en los últimos días.

Mientras, el frigorífico seguirá gestionado por su actual propietario, Roberto Pérez Paternoster.

Según señaló el director de Tardáguila Agromercados, Rafael Tardáguila, inicialmente el grupo chino Foresun Group —que ya posee en Uruguay el frigorífico Rosario— iba a adquirir el otro 50% pero, finalmente no forma parte de la operación.

El comprador, el grupo Sundiro, opera en la industria del carbón en China. La compañía está involucrada en la minería del carbón, produce y vende motocicletas y vehículos y posee empresas de transporte internacional y da servicios de logística,

El Lorsinal tenía deudas con el sistema financiero por US\$ 6,01 millones a fin de mayo, según los datos de la Central de Riesgos del Banco Central. Está calificado como 2A (deudores con capacidad de pago adecuada) tanto por el Banco Santander como por el banco HSBC, que es con quienes tiene créditos.

A partir del año 2010, si bien la planta estaba aprobada para todos los mercados, comenzó un proceso de ampliación para conseguir la aprobación para los mercados que requieren faenas rituales (Kosher y Halal). Este año, el proyecto de ampliación recibió la Autorización Ambiental Especial por parte de la Dirección Nacional de Medio Ambiente (Dinama).

NEGOCIO. La compra-venta del Lorsinal, es la tercera que se concreta en lo que va del año.

El mes pasado, el grupo brasileño JBS —golpeado por un hecho de corrupción que involucra a sus propietarios y al presidente norteamericano, Michel Temer— vendió sus operaciones en Argentina, Paraguay y Uruguay por US\$ 300 millones al también brasileño Minerva Foods. En Uruguay, esa venta involucra al frigorífico Canelones. Minerva ya era propietaria del PUL y el Carrasco.

A su vez, a fines de mayo se concretó la llegada del grupo japonés NH Foods (Nipponham), que compró la totalidad de las acciones del frigorífico Breeders & Packers Uruguay en US\$ 135 millones.

Con estos movimientos, el 41% de la faena está en manos de grupos brasileños, 5,5% en manos de grupos chinos y el 7,5% en manos del grupo japonés.

"El Mercosur es una de las principales zonas carniceras del mundo. Nos comparamos con el resto de los países del Mercosur y tenemos una situación de acceso a mercados mejor que el conjunto de los demás países. Hay un valor del sistema de producción cárnica que, sin duda, para el que quiere invertir en el negocio, con una mirada de largo plazo, es muy fuerte", había dicho el presidente del Instituto Nacional de Carnes, Federico Stanham cuando se concretaron estos negocios previos.

El jerarca había remarcado que el sector tiene varios atributos: la producción con razas británicas, la producción natural, la prohibición por ley de usar hormonas y antibióticos durante el engorde, los mercados y su seguridad jurídica. A eso hay que sumarle también la trazabilidad obligatoria de todo el rodeo bovino.

Para el presidente del INAC, "Uruguay ofrece una cantidad de atractivos para el inversor en cuanto a la calidad del país, a la seguridad jurídica, al bajo índice de corrupción y cumplimiento de normas. Puede haber países similares al nuestro y que se den otras condicionantes de seguridad jurídica. Se combinan las dos cosas".

### **JBS vende hacienda ganadera en Canadá**

18/07/2017 - En su plan de venta de activos, por unos US\$ 40 millones



El gigante cárnico brasileño JBS anunció la venta de su hacienda ganadera en Canadá, al grupo local MCF, en un negocio por valor de 50 millones de dólares canadienses (unos US\$ 40 millones), según comunicó la compañía.

JBS indicó que su subsidiaria indirecta JBS Food Canadá llegó a un acuerdo para la cesión de su unidad de confinamiento de reses y una hacienda adjunta localizados en Brooks (Alberta).

“El acuerdo prevé que MCF continuará siendo proveedor de ganado para la unidad de producción de carne bovina de JBS en Brooks”, citó el texto. La conclusión de la transacción está sujeta a la “aprobación de las autoridades competentes”, apuntó el comunicado, y forma parte del plan de venta de activos adelantado por JBS.

El último miércoles, el grupo brasileño J&F, controlador de JBS, anunció el acuerdo con la gestora de recursos Cambuhy y el fondo Itausa, del banco privado Itaú, para la venta de Alpargatas, empresa que fabrica las populares chancletas de goma Havaianas. El acuerdo por un valor de 3.500 millones de reales (unos US\$ 1.091 millones) y Cambuhy, propiedad de la familia Moreira Sales, la administradora de bienes Brasil Warrant y el fondo Itausa asumen el control de Alpargatas.

El grupo J&F está controlado por los hermanos Batista, quienes confesaron ante las autoridades haber pagado sobornos durante años a centenares de políticos, entre ellos el presidente brasileño Michel Temer.

JBS también anunció la venta de sus activos en Argentina, Paraguay y Uruguay a la brasileña Minerva por unos US\$ 300 millones.

### **JBS deuda bancaria suma R\$ 17000 millones**

18/07/17 - por Equipe BeefPoint A renegociação da dívida da JBS com bancos envolveu cerca de R\$ 17 bilhões. As instituições financeiras, que incluem Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC, Citi e outras estrangeiras, aceitaram rolar tal montante por 24 meses.

Em troca, exigiram que 80% do que o grupo J&F obter com a venda de ativos sejam usados para abater a dívida que as empresas da holding possuem com os bancos. O empurrão para que as instituições financeiras aceitassem rolar a dívida no curto prazo foi a venda da Alpargatas, outra empresa do grupo J&F, por R\$ 3,5 bilhões.

Boa parte dos recursos foi para quitar o saldo do empréstimo de R\$ 2,7 bilhões que a holding tomou junto à Caixa para comprar o ativo das mãos da Camargo Corrêa, há cerca de dois anos.

O Itaú Unibanco ficou de fora da renegociação da JBS com os bancos e optou por um acerto individual. A cada dois terços que for quitado da dívida, o banco renova um terço. A exposição do Itaú à JBS é em torno de R\$ 1,5 bilhão.

Fonte: Estadão, adaptada pela Equipe BeefPoint.

### **JBS ampliará la información en el marco del acuerdo de cooperación premiada**

20/07/17 - por Equipe BeefPoint A defesa dos delatores da JBS vai entregar, em setembro, à Procuradoria-Geral da República (PGR) cerca de 20 novos anexos que complementarão o acordo de colaboração premiada assinado pelos irmãos Joesley e Wesley Batista e diretores do grupo.

Os anexos são detalhamentos das histórias de corrupção contadas pelos executivos da empresa, que foram divididas em 14 temas.

Em cada tema há vários investigados. Os novos anexos serão juntados a outros 44 que foram entregues aos procuradores no início do acordo de delação.

Joesley Batista ficará responsável pela metade dos novos anexos. Ele promete relatar, entre outras coisas, o caminho da propina que diz ter pago a cada um dos 1.829 políticos de 28 partidos cujos nomes aparecem na lista da JBS recebendo mais de R\$ 600 milhões de forma ilícita.

O empresário vai relatar o motivo das doações ilegais, como elas teriam sido pagas e as contrapartidas em relação a esses pagamentos.

Nos últimos dias, o empresário diz que se lembrou de pelo menos um prefeito que recebeu dinheiro ilegal e que não estava no rol de delatados.

O irmão mais velho de Joesley, Wesley Batista, pretende fazer um relato sobre o suborno de pelo menos 200 funcionários do Ministério da Agricultura que fiscalizavam as empresas do grupo.

A JBS está fazendo um pente-fino em seus departamentos para colher histórias e provas de pagamentos ilegais.

Wesley vai falar que essa não era uma prática exclusiva da JBS, mas sim um caso de corrupção sistêmica. Segundo ele, todas as empresas do setor tinham que pagar os fiscais. O presidente da holding J&F, que controla a JBS e outras empresas do grupo, disse que a cúpula do Ministério da Agricultura era alertada sobre os esquemas de corrupção na pasta, mas o problema nunca foi resolvido.

A primeira leva de 44 anexos foi produzida pelos dois donos da JBS e cinco executivos da companhia.



Já os 20 novos termos da delação estão sendo preparados por quatro delatores. Além dos irmãos Batista, participam da elaboração o diretor de relações institucionais da J&F, Ricardo Saud, e o diretor jurídico do grupo, Francisco de Assis. Cada um deles prepara quatro anexos.

Francisco de Assis vai relatar casos envolvendo o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o doleiro Lúcio Bolonha Funaro, o empresário Victor Sandri, que fazia a intermediação da empresa com o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, e sobre a empresa offshore Blessed, que fica na Suíça.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, Assis vai fazer novos anexos sobre Cunha e Funaro para se adiantar a uma possível delações dos dois.

O acordo de delação premiada dos executivos da JBS foi formalizado no dia 3 de maio e prevê que novos anexos sejam entregues num prazo de 120 dias a partir da assinatura. A colaboração foi homologada pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 11 de maio.

A ideia de Joesley era se antecipar ao prazo final e entregar os cerca de 20 novos anexos ainda no mês de agosto, mas, diante do volume de informações coletadas pelos colaboradores, a data foi prorrogada para setembro.

A J&F disse, em nota, que os colaboradores apresentaram informações e documentos à Procuradoria-Geral da República e continuam à disposição para cooperar com a Justiça.

O advogado de Guido Mantega, Fábio Tofic Simantob, diz que as menções a seu cliente na delação da JBS são mentirosas.

Fonte: Valor Econômico, adaptada pela Equipe BeefPoint.